

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jean Kuhlmann - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Kennedy Nunes

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Inicia se manifestando a respeito das questões que envolvem o leilão da Petrobrás, do petróleo e do gás. Comenta sobre o anúncio da décima sétima rodada de licitações do petróleo e gás natural da ANP, que envolvem as bacias Potiguar, no Nordeste do país, e Pelotas, localizada no sul do país. Expressa que considera um crime contra o povo, a natureza e a economia de Santa Catarina e do Brasil. Acrescenta que essa rodada é parte do

leilão de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, previsto para ser realizado no dia 07 de outubro de 2021. Comenta também que a principal questão não envolve somente a exploração desses recursos, mas sim no que cerca todo esse processo.

Pontua que, gradativamente, o setor de pesca industrial e artesanal será afetado negativamente, e estima-se que esses setores percam de 15 a 20% da produção. Informa que essa deve ser uma das preocupações do setor de pesca, não apenas do Estado de Santa Catarina, o qual se destaca como um dos maiores produtores do país, como em todo o Brasil. Alerta sobre a necessidade de preocupar-se com as possíveis consequências causadas pelo impacto desse leilão, gerando riscos ao setor turístico e perda de 400 a 500 mil empregos, apenas no estado de Santa Catarina.

Informa que a bacia Potiguar envolve estações fundamentais de reprodução marinha, bem como os impactos causados à bacia pelotense podem ocasionar acidentes marítimos no território catarinense, havendo risco de impactar em regiões próximas. Alerta também que, em hipótese de vazamento, o óleo pode ultrapassar os limites das águas jurisdicionais brasileiras, com possibilidade de atingir a Costa do Uruguai. Comunica que, com base nessa e outras questões, o Instituto Arayara ajuizou no dia 26 de março de 2021, duas ações públicas pela cautelar de tutela provisória de urgência, e solicitando a suspensão do leilão de blocos. Acrescenta que as ações das Varas federais em Pernambuco e da sexta Vara de Florianópolis foram apresentadas em conjunto com o Observatório do Petróleo e Gás, com apoio da COESUS e do Observatório do Clima.

Menciona que o relatório técnico sobre os impactos ambientais, sociais e legais da décima sétima rodada de licitações, apresentado pelo instituto e seus parceiros, indicam que não existem estudos ou simulações em casos de acidentes durante a exploração do petróleo nesses locais. Informa que a Agência Nacional do Petróleo substituiu estudos ambientais aprofundados e criteriosos devido à manifestação conjunta do

Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente. Expressa sua indignação em relação a esses ministérios por darem amparo a essa situação e se posicionarem contra o meio ambiente. Alega que esse processo será acompanhado de perto, para que seja possível impedir, de todas as formas, que isso venha a acontecer. Enfatiza que a situação é inadmissível, e de nada adianta comentar sobre desastres ambientais, quando não há atitudes coerentes com a manutenção da vida e do meio ambiente. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Informa que o Governo do Estado, através da Fundação Catarinense de Educação Especial, tem firmado convênios com as APAEs e instituições congêneres, os quais tinham a finalidade apenas de ceder professores e outros profissionais para essas instituições. Comenta que, nos últimos anos, o Governo do Estado, por meio da Fundação, passou a oferecer outros modelos de convênios, um deles mantinha a cedência de profissionais, e o outro, denominado MRD - Modelo de Repasse Direto, repassava valores financeiros para a contratação de professores e demais profissionais.

Comenta que posteriormente surgiu um sistema misto, que mesclava as características dos modelos mencionados anteriormente. Acrescenta que, como já havia sido previsto, com a evolução e o aumento de APAEs e instituições que aderiram ao sistema MRD puro ou misto, poderiam ocorrer alguns problemas. Informa que, nas APAEs, professores efetivos da fundação, que estão ou estavam em cessão para as APAEs e outras instituições, que optaram pelo modelo de repasse direto, não desejam mais os serviços prestados por esses professores, o que fez com que esses profissionais precisassem exercer sua atividade profissional em outro local. Entretanto o Estatuto e o plano de carreira do Magistério garantem que o Estado faça com que o professor seja transferido para outra APAE ou instituição congênere, obedecendo o limite máximo de 20 quilômetros de distância entre uma unidade e outra. Informa que onde existe essa possibilidade,

mesmo que com eventuais discordâncias, os professores devem exercer sua atividade em APAE ou instituição congênere conveniada, no entanto, havendo distância superior a 20 quilômetros, os profissionais da educação podem requerer o direito de ser colocado em atribuição de exercício, sem que haja prejuízo de remuneração, ou seja, podem requerer exercer uma função administrativa ao invés de sua atividade em sala de aula.

Cita que uma das alternativas propostas, a qual já estava em discussão na Secretaria de Estado da Educação, é de encontrar um caminho legalmente viável, onde esses profissionais possam exercer atividade em sala de aula, em uma escola da rede regular de educação. Acrescenta que atualmente existem divergências acerca dessa proposta, e que a Fundação e a Secretaria de Estado da Educação estavam se reunindo para chegar a um entendimento do que poderia ser feito para conseguir essa viabilidade jurídica, entretanto, sabe-se que esse trabalho foi paralisado, em decorrência das constantes mudanças no Governo do Estado.

Enfatiza que os professores apresentam interesse nessa medida legal, pois desejam continuar em sala de aula, sem ter que abrir mão de seu direito de não se locomover mais do que 20 quilômetros para o exercício da profissão, e não desejam exercer funções administrativas. Solicita que a Fundação Catarinense de Educação Especial e a Secretaria de Estado de Educação viabilizem essa alternativa legal, preocupando-se em resolver efetivamente essa situação, que está trazendo transtornos aos estudantes e seus familiares, e, sobretudo, aos professores da rede de educação especial. Deixa seu pedido, com o objetivo de que os professores afetados com essa situação possam ser tranquilizados. Ressalta que sempre foi contrária ao MRD, pois acredita que o professor se torna uma moeda de troca, onde carreira e projetos pedagógicos são invisibilizados, não havendo critérios para a contratação desses profissionais.

Conta que recebeu uma solicitação do Conselho Estadual de Educação para que fosse viabilizado um

livro que trouxesse a memória das escolas centenárias, a qual está se perdendo. Comenta sobre uma obra feita com o apoio da Assembleia Legislativa, através do seu presidente à época, Deputado Julio Garcia, que viabilizou esse projeto, juntamente ao Conselho Estadual de Educação, que foi o proponente. Informa que são escolas centenárias, onde é possível verificar que o material foi feito com qualidade. Comenta que teve o prazer de deixar os registros, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, e que os Deputados membros da comissão já haviam recebido, e nesse momento fará a entrega aos demais colegas Deputados. Destaca que são 46 escolas, de 18 municípios catarinenses, nos quais houve a confirmação de que havia escolas centenárias, dando destaque a 2 escolas de Brusque, 5 escolas de São Bento do Sul, 4 em Blumenau, 6 em Florianópolis, 2 em Tubarão, 3 em Lajes, 11 em Jaraguá do Sul, 1 em Mafra, 2 em Joinville, 1 em São Francisco do Sul, 2 em Laguna, 1 em Schroeder, 1 em Itajaí, 1 em São Ludgero, 1 em Rio do Sul, 1 em Porto União, 1 em Sombrio e 1 em Araranguá. Constata que nenhuma cidade do oeste está presente na lista, pois se desenvolveu depois do restante do Estado, ou seja, a educação também chegou tarde nesta região.

Agradece a Alesc pelo trabalho realizado, a assessoria de Comunicação e Mesa Diretora que autorizou junto ao Presidente. Finaliza, dizendo que essa obra será enviada às escolas citadas anteriormente, a todas as escolas da rede pública estadual, às escolas municipais e privadas contempladas com seus relatos, e para todas as bibliotecas das universidades públicas e privadas do Estado de Santa Catarina. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Comenta que é a favor e defensor da liberdade de expressão e as liberdades individuais da pessoa, o que inclui o direito do indivíduo ser gay, trans, ou o que decidir ser e fazer da sua vida, desde que não interfira na vida e na liberdade do próximo.

Prossegue, comentando que não é isso que o ativismo do "coitadismo" faz. Afirma que o movimento tenta forçar as pessoas a aceitarem suas ideologias, iniciando ainda nas escolas, onde professores doutrinam e militam dentro das salas de aula, influenciando futuros professores, jornalistas, advogados e outros profissionais a ter as mesmas atitudes.

Informa que, no dia 12 de abril de 2021, no site do TJ, houve uma decisão inédita no Brasil, onde a justiça de Santa Catarina reconheceu o direito do indivíduo declarar-se como gênero neutro. Conta que as argumentações para reconhecimento desse processo foram através de argumentações jurídicas, com base em dados históricos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, biológicos, psicanalíticos e psicológicos, mas esqueceram de mencionar o principal deles, o ideológico. Diz que essa situação o irrita e também abre precedentes, sem mencionar a destruição da família, que considera o principal objetivo dessas pessoas.

Referente aos privilégios de classe, teme que em breve esses indivíduos solicitem privilégios sociais, como banheiros neutros, leis que os favoreçam, cotas para neutros e pronome neutro, onde entra a questão do analfabetismo. Comenta que o pronome neutro não se refere a palavra "todos", mas sim "todes". Exibe vídeo no telão para embasar seu discurso. Em seguida, exibe outro vídeo onde um estudante discute com um professor após o uso do pronome neutro, questionando se isso existe na gramática brasileira. Na sequência, outro áudio, onde uma canção é executada com o uso do pronome neutro também. Prossegue, falando que os vídeos dão vontade de rir, entretanto é uma situação triste, expressando sua revolta com o uso do pronome neutro imposto por esses indivíduos, pois não contempla a todos.

Comenta que, por esses ainda não terem decidido o que gostam, tentam impor essa ideologia destruidora de famílias nas demais pessoas. Alerta também que apesar de parecer piada, a situação tem se tornado mais séria, pois professores de escolas

e universidades têm aderido ao uso do pronome neutro, e que, a partir do momento em que a justiça define que é permitido declarar-se como gênero neutro, podem surgir leis e direitos que favoreçam esses indivíduos. Expressa que é preciso tomar uma atitude que não permita que esse tipo de situação aconteça, pois um dia estudantes podem aderir ao pronome neutro nas escolas.

Por fim, apresenta seu Projeto de Lei N°0356.4/20, que proíbe esse 'dialeto' no Estado de Santa Catarina, desejando que seja bem sucedido, para que, no futuro, não se lamente o fato de que o pronome neutro se instituiu no Estado e no Brasil. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Comenta que a Casa aprovou, na semana anterior, projeto de lei que autoriza o Governo estadual a investir R\$ 800 milhões em rodovias federais, argumentando que isso é obrigação do Governo Federal. Ressalta ser importante frisar que 58% dos tributos arrecadados no País ficam em Brasília, sendo que 25% vêm para os Estados e 18% vão para os Municípios. Destaca que as rodovias federais são responsabilidade da administração federal, criticando o Governo catarinense por assumir a função, mostrando a incompetência do Governo Federal e o descaso para com Santa Catarina, que agora vai cobrir gastos que não são de sua alçada.

Questiona onde estão os investimentos para os catarinenses. Diz que o grande erro estadual é não priorizar e investir no Estado catarinense, citando como exemplo as rodovias estaduais, que estão em péssimas condições, sem manutenção há anos, e a população clamando por melhorias. Portanto, reafirma que é triste no momento viver algo jamais visto no Brasil, o Poder Executivo estadual ter que socorrer financeiramente o Governo Federal.

Por fim, espera que logo termine o legado deste Presidente, e que se viva novos tempos no Brasil. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Informa que é liberal e cristão, destacando que a liberdade religiosa é sem dúvida um dos pilares da própria liberdade. Discorda da decisão do STF que proíbe os cultos e missas presenciais durante a fase crítica da Pandemia, afirmando que, atualmente, no Brasil, a liberdade de crer, ter uma fé, está sendo corrompida e perseguida. Cita que alguns gestores públicos brasileiros estão julgando a partir de suas próprias perspectivas, se tornando incapazes de compreender o que é valioso para os outros e para o próximo. Manifesta-se contra o fechamento das igrejas, demonstrando indignação com o preconceito em relação aos cristãos que, encontrando alguém com poder, se torna perigoso, e a pandemia tornou absoluto o poder de alguns preconceituosos.

Frisa que o Estado não pode usar a sua força estatal para impedir os que crêem e os devotos de proferirem a sua fé. Lembra que, desde a Constituição de 1891, somos um Estado laico. Encerra, salientando que infelizmente, devido à pandemia ou por perspectivas pessoais, a liberdade religiosa está sendo cerceada, e ressalta que aqueles que encontram na fé o seu alento devem ser respeitados, pelo que considera os templos como essenciais.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Considera tal atitude como ativismo de alguns governantes que são contra a liberdade, não respeitam a vida e torcem para que pessoas morram, culpando injustamente o Presidente. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partidos Políticos

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Cita que 45 mil empregos já foram perdidos, e quase 30% dos bares e restaurantes fecharam. Diz estar cansado de andar por Florianópolis, pelas cidades que visita, e ver tudo fechado, muitos pontos comerciais com placa para alugar. Destaca que o setor de bares e restaurantes está sendo vítima de

um *lockdown* velado, não está tendo suas reivindicações ouvidas pelas autoridades estaduais. Apela veementemente a Governadora Daniela Reinehr e a Secretaria da Saúde para terem diálogo com os empresários em questão, pois são os que mais estão sofrendo com a pandemia. Comenta que os mesmos não estão podendo faturar, vender e sobreviver juntamente com os seus empregados, por conta das medidas restritivas impostas, que muitas vezes não fazem sentido, além da maior carga tributária do país.

Conclui, reiterando a necessidade desses empreendedores reativarem as suas empresas, pois precisam continuar dando empregos, e têm propostas que precisam ser ouvidas e atendidas. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PSL

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Reporta-se ao PL n. 95, de março de 2020, de sua autoria, que trata sobre a disponibilidade de profissional de fisioterapia por 24 horas para cada dez leitos de hospitais e clínicas catarinenses, destacando a importância do profissional na recuperação respiratória dos pacientes nos leitos de UTI Covid, principalmente no atual cenário da pandemia. Faz esclarecimentos relevantes a respeito do projeto de lei, como o porquê da presença nos hospitais e clínicas durante 24 horas, sendo que atualmente são 18 horas e, portanto, levará a uma readequação nos horários desses profissionais nas instituições hospitalares.

Exibe no telão do Plenário uma pesquisa realizada no Hospital da USP, em que mostra a avaliação de dados em 500 pacientes durante o período de seis meses, com a presença da fisioterapia 24 horas, e se obteve uma redução de 40% no tempo de internação, o que consequentemente reduziu o tempo de permanência na UTI e, obviamente, economia para os hospitais e clínicas que possuem o referido profissional, bem como a melhoria da saúde do paciente.

Por isso, pede aos Deputados que integram a comissão de Finanças e Tributação que reconheçam a importância de se ter o profissional de fisioterapia 24 horas nos leitos de UTI, pois gerará economia para o hospital, bem como para o Estado de Santa Catarina, pois já é uma prática em outros Estados da Federação.

Também, expõe seu sentimento de indignação com o Governo do Estado e o COES em relação à proibição de práticas esportivas no Estado, pois a Ciência recomenda atividades físicas. Ao mesmo tempo, fala da economia que gira em torno das práticas esportivas e, assim, defende a volta das atividades esportivas com regramentos sanitários e medidas protocolares.

Deputado Fernando Krelling (Aparteante) - Corrobora a fala do Deputado, e pede permissão para exibir vídeo mostrando o que pode e o que não pode no Estado com as medidas restritivas, como ônibus que continuam lotados, além das festas clandestinas que acontecem, enquanto os jogos de esporte coletivo, como o futebol de salão não pode. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Comenta sobre a instalação da Frente Parlamentar de Acompanhamento de Dados dos Óbitos por Covid-19 em Santa Catarina, que atenderá especialmente as famílias que têm alguma dúvida relacionada ao diagnóstico, ao tratamento que foi dado e o atestado de óbito. A referida Frente Parlamentar fará o acompanhamento, acionará a unidade em que se deu o fato para trazer informações e tirar as dúvidas, e se for constado algo errôneo, instantaneamente far-se-á o encaminhamento para os conselhos responsáveis.

Cita os gastos que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros têm na formação de pilotos das referidas corporações, que são de R\$ 420 mil e R\$ 56 mil respectivamente. Salienta que não há necessidade desse custo, pois existem 17 praças habilitados que possuem brevês, mas que não podem pilotar as aeronaves militares.

Faz menção aos atos do Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, solicitando à Governadora que faça algo para salvar a história da Polícia Militar catarinense, ao se referir sobre alguns episódios feitos pelo comandante, entre os quais a prática de crime eleitoral. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Comunica que se iniciou, no dia anterior, a campanha de vacinação contra a gripe, e salienta a importância da referida campanha para evitar mais casos de doenças. E comenta algumas alterações que aconteceram para evitar aglomerações de pessoas. Enfatiza a importância da imunização contra a gripe, tendo em vista a lotação nos leitos de UTI por conta da Covid-19, podendo evitar uma possível sobrecarga nos sistemas de saúde.

Lamenta a queda de aproximadamente 20% da produção de milho em Santa Catarina, causada pela estiagem, resultando aos produtores uma perda de 800 mil toneladas de milho. Além da estiagem, o Deputado comenta que os produtores também foram surpreendidos pela praga cigarrinha do milho. Relata que, no início de março, encaminhou um pedido à Secretaria de Estado da Agricultura para a criação de um programa de auxílio aos agricultores para evitar a proliferação da praga, e ao fim de março, sugeriu a criação de uma linha de crédito para auxiliar os agricultores afetados pela praga. Acrescenta que a Epagri já disponibilizou seus técnicos para fazer os laudos e encaminhar aos bancos, mas lamenta que o seguro agrícola cubra apenas perdas causadas pela estiagem, deixando de fora perdas causadas aos afetados pela seca e pela cigarrinha.

Apela ao Governo do Estado e ao secretário da Agricultura, Deputado Altair Silva, para que crie linhas de créditos para auxiliar os agricultores catarinenses. *[Taquígrafia: Northon]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0080/2019, 0249/2020, 0359/2020, 0374/2019, 0411/2017 e 0517/2019.

Pedido de Informação n. 0250/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Defesa Civil, informações acerca dos Municípios que homologaram Decretos Municipais de estado de emergência ou calamidade pública em consequência de estiagem, de janeiro de 2020 até o presente momento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0251/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do atendimento on-line por parte da Agência Regional da Celesc, situada na Alameda Duque de Caxias, Município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0252/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura,

informações acerca do projeto de reforma da SC-283, trecho entre Águas de Chapecó e Palmitos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0253/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da existência de projeto de pavimentação do trecho da rodovia que liga os Municípios de Guatambu e Caxambu do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0254/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, informações acerca do processo licitatório para revitalização da Rodovia SC-443, que interliga o Centro do Município de Sangão à BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0252/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando ao Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e ao Ministro de Estado da Infraestrutura, pela realização da pavimentação asfáltica da BR/SC 477, trecho que liga Papanduva a Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0253/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando a Presidente da Associação Bombeiros Voluntários de Navegantes, pelos 20 anos de fundação da referida entidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0254/2021, de autoria do Deputado Sergio Motta, apelando a Governadora do Estado, pela efetividade e aplicabilidade da Lei nº 17.941 de 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0255/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca, cumprimentando o Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS de Criciúma - GAPAC, pela passagem dos 27 anos de fundação

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0256/2021, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando a Rádio CBN Diário, pelos seus 25 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0500/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do formulário denominado "Termo de Recusa de

Vacinação" encaminhado aos policiais-militares do Estado via e-mail.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0494/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0495/2021, 0496/2021, 0497/2021, 0498/2021 e 0499/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0501/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0502/2021, 0503/2021, 0504/2021 e 0528/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber; 0505/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0506/2021, 0507/2021, 0508/2021, 0509/2021, 0510/2021 e 0511/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; e 0512/2021, de autoria da Deputada Paulinha.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0713/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0714/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler; 0715/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0716/2021, 0717/2021, 0718/2021 e 0719/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0720/2021, 0721/2021, 0723/2021, 0724/2021, 0725/2021, 0726/2021, 0728/2021, 0730/2021, 0731/2021, 0732/2021, 0733/2021, 0745/2021 e 0746/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 0729/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper; 0734/2021 e 0735/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima; 0736/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0737/2021, 0738/2021 e 0739/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 0740/2021 e 0742/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca; 0741/2021, 0743/2021 e 0744/2021, de autoria do Deputado Sergio Motta. [Transcrição: Taquígrafa Sara]

Explicação Pessoal

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Comenta que está acompanhando a situação dos pescadores artesanais que reclamaram do corte significativo da licença para pesca de tainha em Santa Catarina, diminuindo 50% em relação ao ano interior, e limitando a 6 toneladas de peixe por embarcação, causando um grande impacto financeiro a toda a categoria de pescadores artesanais de tainha. Informa que os pescadores estão dispostos a ceder embarcações para realizar estudos aprofundados acerca da pesca da tainha.

Em relação ao Centro de Eventos de Blumenau, o Deputado informa que os recursos não foram liberados e, com isso, foi atrás de informações para analisar o papel da Prefeitura de Blumenau e do Governo do Estado nesse episódio. Comenta que em março de 2020 a Prefeitura de Blumenau encaminhou para o Governo do Estado o projeto da construção do Centro de Eventos de Blumenau; em junho de 2020, o prefeito da cidade entregou pessoalmente o mesmo projeto ao Governador Carlos Moisés, além da imprensa ter noticiado que o governo havia recebido o projeto; e em fevereiro do atual ano, a prefeitura entregou todos os documentos e segue aguardando a verba para iniciar as obras.

Deixa claro que a Prefeitura de Blumenau já fez a sua parte, e resta ao Governo do Estado cumprir a sua, e realizar o pagamento. Acrescenta que continuará cobrando a liberação dos R\$ 28 milhões destinados ao tão aguardado Centro de Convenções de Blumenau.

Deputado Felipe Estevão (Aparteante) - Parabeniza o Deputado por abordar o assunto referente aos pescadores de tainha. Comenta que a Comissão da Pesca fará um debate sobre a limitação imposta. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Dá continuidade ao horário reservado à Explicação Pessoal e concede a palavra ao Deputado Marcius Machado.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Fala sobre a Medida Provisória que tramita na Casa sobre os R\$ 250 milhões que serão destinados aos MEIs, subsidiado pelo Governo do Estado. Comenta sobre a burocracia de documentos necessários para realizar empréstimo no site do Badesc e lembra que muitas destas empresas não conseguiram realizar o cadastro.

Pede a desburocratização para os empresários catarinenses, e diz que a forma deve ser justa e simples, para que os mesmos possam dar continuidade neste momento de crise, mantendo os empregos. Entende que, nos últimos 12 meses, empresas que já receberam os valores do Badesc ou BRDE, não devem receber novamente neste ano de 2021, pois é necessário ampliar para os demais empresários. Cita dados do SEBRAE, de 2019, de que Santa Catarina tem 317 mil empresas, no qual apenas 2500 serão beneficiadas pelo subsídio. Pede que se tenha mais equilíbrio no trato do dinheiro público.

Registra que, na presente data, passou pela Comissão de Constituição e Justiça a derrubada do veto de projeto de sua autoria, com o Deputado Sargento Lima, que fixa em até 70% a tarifa de esgoto, e pede aos colegas que derrubem este veto que prejudicou muitas pessoas.

Agradece ao Deputado José Milton pela sensibilidade e pelo entendimento em relação ao seu projeto que retira a exigência das certidões relacionadas aos hospitais filantrópicos no período de pandemia, e pede que a sua tramitação seja rápida nas demais comissões. Comenta de sua reunião com a Secretária Carmem Zanotto, onde discutiram o pagamento de leitos a hospitais que já estão atuando contra a Covid como prioridade, trazendo assim um alívio a toda população catarinense. *[Taquigrafia: Guilherme]*

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) - Comenta sobre o início dos diálogos com o Governo Federal a respeito da súbita limitação da pesca da tainha. Reforça que como Presidente da Comissão da Pesca nesta Casa, recebeu várias mensagens questionando

a limitação, de vários pescadores que investiram, e agora estão preocupados com esta situação. Questiona a ação do Governo Federal e diz que a pesca no Estado fomenta a economia, é artesanal e não predatória.

Fala do roteiro de visitas ao meio-oeste, apresentando imagens, e agradece aos demais Prefeitos da região. Pontua as várias necessidades apresentadas nas regiões visitadas e mostra novas imagens no telão do Plenário de ambulâncias sucateadas. Faz um apelo a Secretária Carmem Zanotto que olhe para essas regiões que necessitam de suporte para a saúde. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]